

2	.• C	PUBLITADO NG D. 09 4.
) 	Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo N. 10.166-006.433/88-18

MAPS

Sessão de 24 de março de 19 92

ACORDÃO N.º 202-04.862

Recurso n.º

86.443

Recorrente

SOL E VENTO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME

Recorrid a

DRF EM BRASÍLIA - DF

FINSOCIAL/FATURAMENTO - Débito apurado em fiscalização do IRPJ, em procedimento que arbitrou o lucro da empresa com base exclusivamente em saldos de contas bancárias. CANCELAMENTO - Desconstituída a autuação nos autos do processo matriz, com base no artigo 9º, VII, do Decreto-Lei 2.471/88, cancela-se a exigência-reflexa pelo mesmo fundamento. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SOL E VENTO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimen to ao recurso. Vencidos os Conselheiros ELZO ROTHE E ROSALVO VI-TAL GONZAGA SANTOS.

Sala das Sessões, em 24 / março de 1992

HELVIO ESCOPEDO BARCEILOS - Presidente

ACACLA DE LOURDES RODRIGUES - Relatora

ARMANDO MARQUES DA SILVA - Procurador-Representan te da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 27 MAR 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros OS-CAR LUÍS DE MORAIS, JEFERSON RIBEIRO SALAZAR E SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

Processo Número: 10.166.006.433/88-18 Acórdão nº 202-04.862

Recurso Número: 86.443 (FINSOCIAL/FATURAMENTO)

Recorrente: SOL E VENTO COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

RELATORIO e VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES

Reporto-me ao Relatório de folha 39 (ler). Acrescento que a diligência foi atendida em parte, juntado o acórdão proferido pela Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que deu provimento ao recurso interposto contra a autuação do IRFJ, pelas razões que leio contidas no voto do relator, Dr. Raul Pimentel, que leio (ler fl. 44).

Desconstituída assim a infração no processo matriz, a mesma decisão deve alcançar o processo reflexo, razão pela qual dou provimento ao recurso, para tornar insubsistente o auto de fls.

Sala das Sessões, 24 de março de 1.992.

acacia de lourdes fodrigues